



AMAZÔNIA
2030

PARA PROTEGER A
FLORESTA AMAZÔNICA,
PRECISAMOS REMATAR
AS ÁREAS DESMATADAS



PARA PROTEGER A FLORESTA AMAZÔNICA, PRECISAMOS REMATAR AS ÁREAS DESMATADAS

UM PROGRAMA AMBICIOSO DE REMATAMENTO PRODUTIVO PODE DESTRAVAR O IMPASSE ENTRE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE RENDA E DE EMPREGOS BASEADOS NA NATUREZA

Por Salo Coslovsky e Beto Veríssimo

CONTEXTO

A inspiração vem da África. Em 2007, onze países africanos decidiram criar a Grande Muralha Verde, um esforço coordenado de plantio de árvores para conter o avanço do Saara. Ao longo de 13 anos, essas nações e vários de seus vizinhos restauraram 20 milhões de hectares em uma faixa que se estende do Senegal à Etiópia (Nature 2023). O esforço consumiu US\$ 2,5 bilhões e gerou 350 mil empregos. Embora a iniciativa tenha ficado aquém de suas metas originais e os resultados tenham variado por país, o feito demonstra que a restauração florestal em grande escala pode gerar retornos substanciais, mesmo quando as condições iniciais parecem desfavoráveis.

PRINCIPAIS MENSAGENS

- O REMATAMENTO PRODUTIVO É A CHAVE PARA ROMPER O IMPASSE ENTRE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA.
A conversão de áreas já desmatadas e degradadas ou abandonadas em sistemas produtivos tecnificados—incluindo agroflorestas, cultivo de espécies perenes, florestas plantadas e restauração florestal—pode promover a geração de empregos verdes, aumento de renda e conservação ambiental.
- O BRASIL POSSUI UMA JANELA DE OPORTUNIDADE ÚNICA.
A Amazônia tem cerca de **35 milhões de hectares**¹ que podem ser rematados sem afetar a produção de soja ou gado bovino. Produtores baseados na região já faturam US\$ 7,2 bilhões ao ano vendendo produtos compatíveis com a floresta, mas capturam apenas 3% do mercado total existente, incluindo tanto o mercado nacional quanto o mercado externo.
- A ESCASSEZ DE EMPREGOS E NEGÓCIOS VERDES SUSTENTA O CONFLITO ENTRE PROTEÇÃO AMBIENTAL E A PROSPERIDADE LOCAL.
Sem boas oportunidades econômicas baseadas na natureza, grande parte dos moradores da Amazônia continuarão apostando em atividades que degradam a floresta, como pecuária extensiva, garimpo de ouro, grilagem e extração predatória de madeira.
- SEM APOIO ENTRE OS AMAZÔNIDAS, OS SUCESSOS NA PROTEÇÃO AMBIENTAL SÃO FRÁGEIS, ENQUANTO OS RETROCESSOS TÊM SE INTENSIFICADO NA ÚLTIMA DÉCADA.
Entre 2013 e 2024, a Amazônia perdeu 4,6 milhões de hectares de florestas nativas além do que teria perdido caso as taxas de desmatamento tivessem permanecido no piso histórico de 2012. A criação de áreas protegidas praticamente estagnou enquanto a grilagem de florestas públicas prosseguiu. Além disso, as leis ambientais vêm sendo sistematicamente enfraquecidas tanto nos estados como no Congresso Nacional.



A Amazônia brasileira enfrenta desafios sérios, incluindo um leque crescente de atividades ilegais como garimpo de ouro, extração madeireira predatória, desmatamento não autorizado e aumento do crime organizado. Ao mesmo tempo, seus indicadores socioeconômicos ficam muito atrás da média nacional. O PIB per capita na Amazônia brasileira é quase um terço inferior ao do restante do Brasil (Santos et al. 2025a), enquanto a renda domiciliar média per capita equivale a apenas 60% da média nacional (Alfenas, Cavalcanti e Gonzaga 2020). Ainda assim, o potencial econômico da região permanece significativo graças ao vasto território amazônico, à abundância de recursos hídricos e a uma população de 28 milhões de pessoas composta predominantemente por jovens e adultos em idade ativa.

Há amplo debate sobre como levar prosperidade ambientalmente sustentável à região, e duas abordagens principais têm consumido a maior parte da atenção. Do lado social e ambiental, uma ampla gama de organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos enfatiza projetos comunitários e empreendimentos de pequena escala, muitas vezes estabelecidos diretamente na floresta. Esses esforços são cruciais para a proteção ambiental, mas têm potencial limitado em ser replicado em larga escala.

Do lado econômico, bancos de desenvolvimento, gestores de fundos e instituições financeiras dedicam grande esforço para captação de financiamento climático para manter a floresta em pé. Esses esforços são louváveis, pois a conservação ambiental pode ser bastante custosa e o capital é essencial para construir negócios viáveis e propiciar pagamento por serviços ambientais associados. Ainda assim, o financiamento climático frequentemente reúne iniciativas intrinsecamente diferentes. Algumas visam conservar florestas existentes, com sucesso medido em hectares protegidos. Outras buscam fomentar o desenvolvimento econômico local de negócios de base florestal com sucesso medido por empregos criados

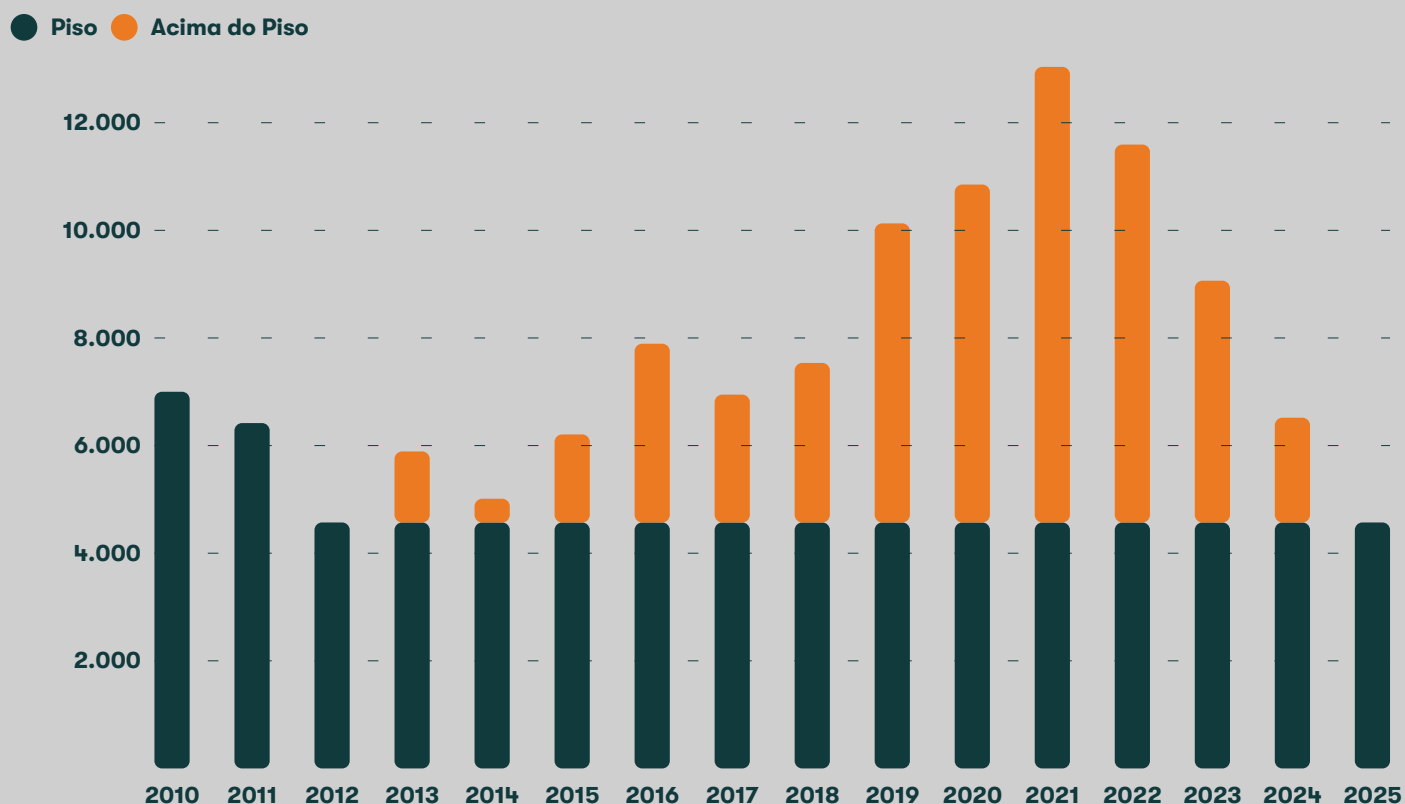
e renda gerada a partir da produção sustentável.

O PROBLEMA

Essa distinção importa porque conservação e produção funcionam de maneiras fundamentalmente diferentes. Em iniciativas de conservação, captar recursos é desafiador, mas a implementação é relativamente simples — seja aplicando penalidades contra quem desmata, seja recompensando quem evita o desmatamento. Na produção, a dinâmica se inverte. Captar recursos torna-se a parte fácil, pois as empresas eventualmente gerarão sua própria receita, mas a implementação é difícil, principalmente porque a Amazônia enfrenta uma escassez severa de negócios capazes de criar bons empregos verdes na escala e velocidade que sua população exige e precisa. No jargão financeiro, não há “pipeline” ou “deal flow”, e esse problema a oferta de dinheiro, mesmo sendo abundante e generosa, não resolve sozinha.

Como resultado, a conservação avança de três maneiras: por meio da fiscalização de cima para baixo, de projetos de desenvolvimento comunitário e por pagamentos por serviços ambientais seguindo a lógica do mercado. Mas a conservação cria poucos empregos e renda limitada considerando a escala necessária para a região. Até que os moradores da Amazônia testemunhem o crescimento expressivo dos empregos verdes, continuarão muitas vezes a brigar contra proteções ambientais e a insistir que a soja, a pecuária e outras atividades destrutivas constituem o melhor caminho para sua prosperidade.

Pior: a insistência dos querelantes de que apenas sua abordagem é legítima alimenta uma guerra de atrito custosa para todos, mas especialmente danosa para a floresta. O maior retrocesso ocorreu entre 2013 e 2024, quando mudanças nos alinhamentos políticos, somadas à resistência local em relação à regulação ambiental, permitiram 4,6 milhões de hectares adicionais de desmatamento além do que teria ocorrido se as taxas tivessem permanecido no piso de 2012.

FIGURA 1. Desmatamento na Amazônia em excesso ao piso de 2012 (Km²/ano)

FONTE: SANTOS ET AL. 2025B

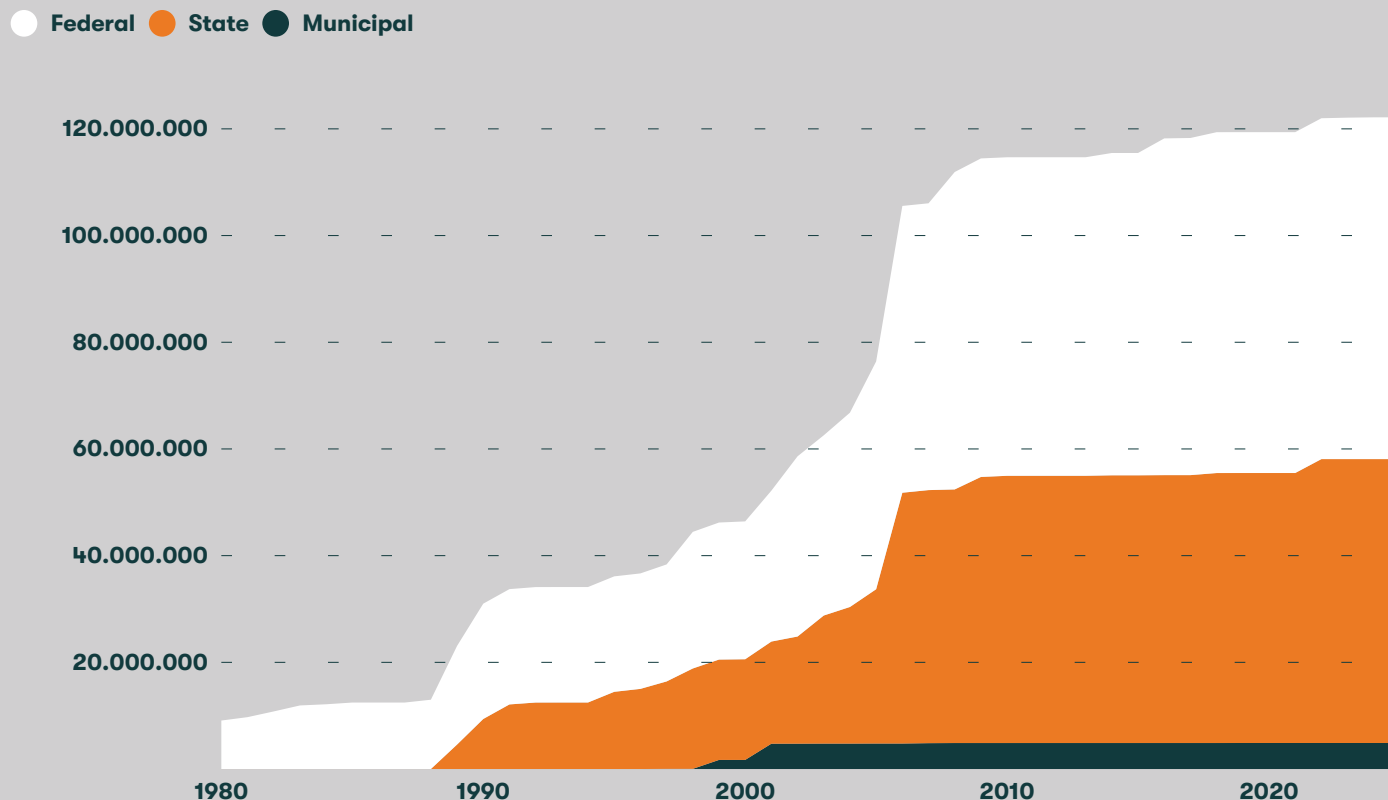
Somando-se a essas perdas, a criação de áreas protegidas praticamente estagnou, a grilagem de florestas públicas voltou a se intensificar ao mesmo tempo em que legisladores federais e estaduais estão enfraquecendo sistematicamente as leis ambientais. A menos que esse impasse seja superado, a proteção ambiental continuará exigindo um volume cada vez maior de esforço, vontade política e dinheiro apenas para evitar retrocessos, enquanto avanços exigirão recursos muito difíceis de mobilizar.

A chave para romper o impasse está na adoção de um programa ambicioso de rematamento produtivo. O rematamento produtivo envolve a conversão de

áreas já desmatadas e pastagens severamente degradadas em sistemas de produção rural tecnologicamente avançados que geram produtos comercializáveis e com demanda já existente. O rematamento pode incluir sistemas agroflorestais ancorados em espécies perenes como cacau, café, açaí e dendê; silvicultura com espécies de rápido crescimento como eucalipto e paricá para biomassa, fibras e outros materiais; e restauração ecológica via regeneração natural ou plantio de ampla variedade de árvores nativas (na prática retornando a floresta original) para sequestro de carbono, manejo florestal e adequação ao código florestal.



FIGURA 2. Área acumulada de Unidades de Conservação na Amazônia (HECTARES POR ANO)

FONTE: BRASIL 2025²

Quatro elementos convergem para fazer do reflorestamento produtivo a estratégia ideal para a Amazônia desmatada.

1. O rematamento produtivo se apoia na experiência concreta de empreendimentos na Amazônia e acessa demanda já existente. Produtores rurais sediados na Amazônia já faturam US\$ 7,2 bilhões anuais vendendo produtos como açaí, cacau, mandioca, banana e óleo de palma (Coslovsky 2025). O mercado total para essas commodities é grande e estabelecido. Em 2024, a soma dos mercados brasileiro e internacional para esses produtos foi de US\$ 233 bilhões. Apesar de seu tamanho e potencial, a Amazônia captura apenas 3% desse

mercado considerando todos os seus segmentos, como detalhado na Tabela 1 abaixo.

Outro grande potencial é o promissor mercado de captura de carbono através da restauração florestal seja via regeneração natural seja através do plantio de árvores nativas³. A restauração florestal tem a vantagem não apenas de gerar renda com a captura de carbono, mas também de permitir que a área restaurada possa também gerar outros produtos como açaí e até mesmo cacau sombreado.

² <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/unidadesdeconservacao>

³ <https://www.americasquarterly.org/article/belem-um-caminho-realista-para-o-sucesso/>



TABELA 1. Demanda total existente e oferta da Amazônia, por segmento, 2024

SEGMENTO	OFERTA DA AMAZÔNIA (US\$)	RELEVÂNCIA DO SEGMENTO PARA A AMAZÔNIA	DEMANDA TOTAL (US\$)	PARTICIPAÇÃO DA AMAZÔNIA
Premium - Especialidades amazônicas (mercado brasileiro)	US\$41 milhões	0.6%	US\$41 milhões	100%
Extrativismo Padrão - Produtos florestais não madeireiros (mercado brasileiro)	US\$246 milhões	3.4%	US\$253 milhões	97%
Commodities agropecuárias compatíveis com a floresta (mercado brasileiro)	US\$6,5 bilhões	90%	US\$20,5 bilhões	32%
Commodities agropecuárias compatíveis com a floresta, frescas (mercado internacional)	US\$288 milhões	4.0%	US\$111,6 bilhões	0.3%
Commodities agropecuárias compatíveis com a floresta, processadas (mercado internacional)	US\$137 milhões	1.9%	US\$101,5 bilhões	0.1%
Total	US\$7,2 bilhões	100%	US\$233,9 bilhões	3.1%

*Observação: valores do mercado internacional calculados com preços FOB; valores do mercado doméstico usam preços ao produtor.

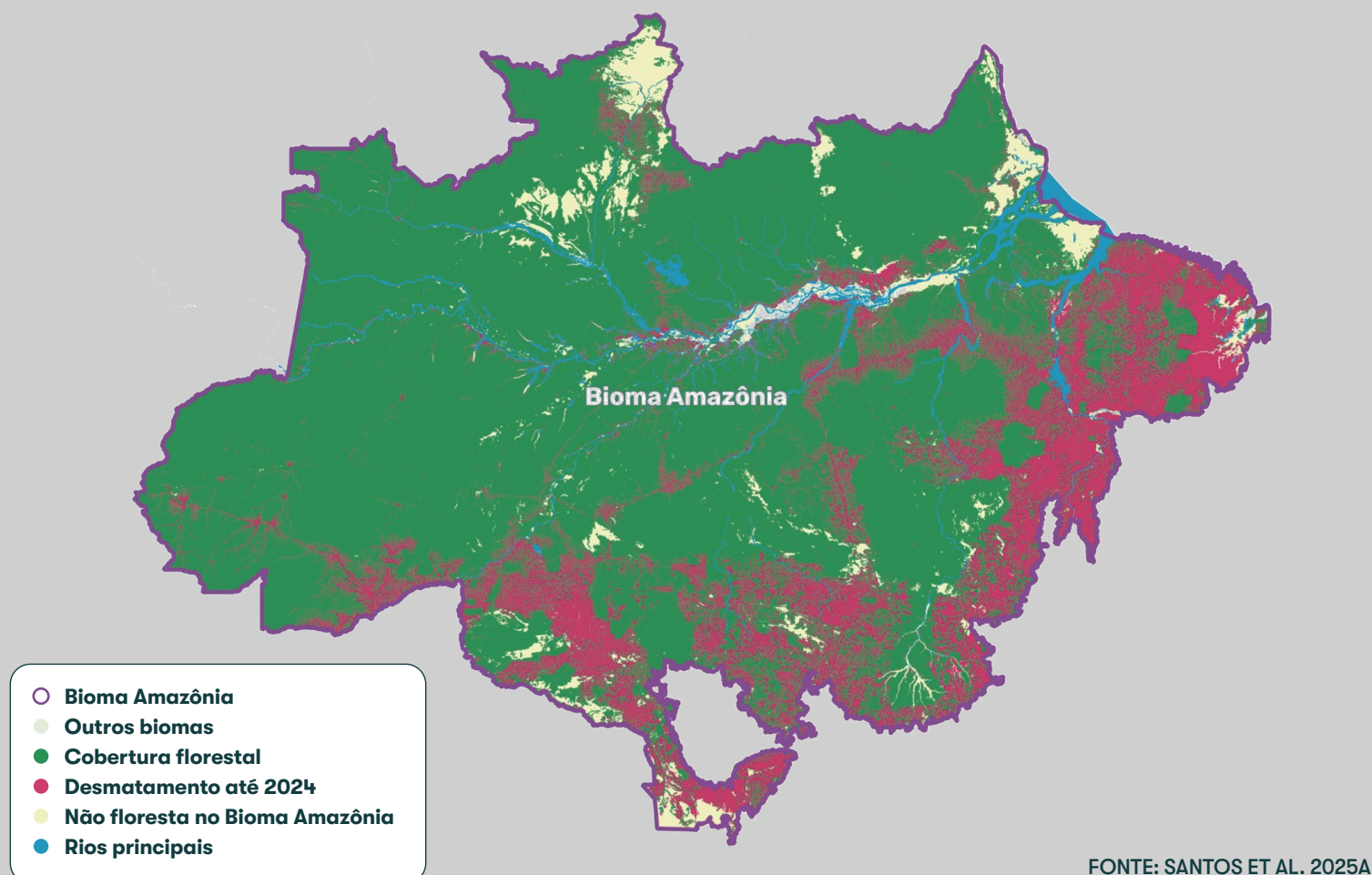
FONTE: COSLOVSKY 2025



2. A Amazônia brasileira possui abundância de terras abertas e subutilizadas. Ao longo de décadas, cerca de 85 milhões de hectares de florestas nativas foram derrubadas — território equivalente à área combinada da França e da Itália. Notavelmente, uma parcela significativa dessas terras foi desde então abandonada ou permanece subutilizada. Consequentemente, aproximadamente 35 milhões de hectares poderiam ser reflorestados sem comprometer a produção de soja e de gado nem seu crescimento projetado (Barreto, Pereira e Rocha 2024).
3. A produção rural moderna pode agregar tanto

valor e gerar empregos tão bons quanto a manufatura (Sabel 2016). Embora algumas pessoas ainda vejam fábricas como a alavanca exclusiva do desenvolvimento, o mundo mudou. Hoje, a parcela da população empregada na indústria caiu até mesmo na China. Enquanto isso, a agricultura tornou-se mais intensiva em tecnologia, exigindo equipamentos modernos, pessoal qualificado e serviços especializados. Na prática, os melhores sistemas de produção rural já operam como fábricas a céu aberto, gerando empregos de qualidade tanto no campo quanto nas cidades. Isso vale não apenas para monoculturas intensivas em capital, como a soja, mas também

FIGURA 3. Áreas desmatadas na Amazônia brasileira





para operações intensivas em mão de obra, típicas do rematamento produtivo.

4. A experiência acumulada nos ensinou a desenhar iniciativas de desenvolvimento regional mais eficazes. Para começar, aprendemos que subsídios incondicionais raramente funcionam. Também aprendemos que regiões prosperam quando seus negócios enfrentam concorrência, mas recebem apoio direcionado e temporário. Acima de tudo, o progresso acontece quando o governo atua como maestro de uma orquestra que pode começar um tanto cacofônica, mas aprende rápido e logo encontra sua harmonia.

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

Como em qualquer iniciativa ambiciosa, há obstáculos a superar. O primeiro é resolver a questão fundiária. Por um lado, é preciso assegurar a proteção de florestas públicas para fechar a fronteira do desmatamento e impedir a grilagem e por consequência o desmatamento. Por outro, é necessário regularizar terras privadas em áreas desmatadas há muito tempo. Sem direitos de propriedade seguros nas áreas desmatadas antigas, grandes investimentos não se materializarão.

O segundo desafio diz respeito ao acesso a financiamento de longo prazo, que pode ser facilitado por contratos antecipados, inclusive para carbono. Uma possibilidade é criar um mecanismo em que o financiamento seja garantido por vendas futuras das commodities e pelos créditos de carbono gerados pelo rematamento.

O terceiro é o desenvolvimento tecnológico, tanto na formação de pessoas para executar atividades mais complexas e de maior valor, quanto na criação de equipamentos e processos que viabilizem o reflorestamento produtivo em escala, com alta eficiência e baixo custo.

A solução proposta é a adoção de um Programa de Rematamento Produtivo, articulado pelo Estado, baseado em cinco pilares:

1. Resolver a questão fundiária

- Proteger florestas públicas para impedir a grilagem e fechar a fronteira do desmatamento.
- Regularizar propriedades privadas em áreas já desmatadas. Sem segurança jurídica, nenhum investimento em rematamento produtivo ganha escala.

2. Ampliar o acesso a financiamento de longo prazo

- Utilizar contratos futuros, incluindo carbono, como garantias.
- Criar mecanismos para financiar o período inicial (de 3 a 7 anos) sem retorno econômico. Hoje, o capital existe, falta um modelo para torná-lo investível.

3. Desenvolver tecnologia e capacitação local

- Treinar e qualificar mão de obra para sistemas agroflorestais, manejo avançado e operações rurais tecnificadas.
- Incentivar maquinário adaptado ao ambiente amazônico. O desafio não é plantar árvores, é plantar com eficiência, escala e valor agregado.

4. Reorientar políticas de desenvolvimento produtivo

- Apoiar empreendimentos competitivos, com apoio temporário e focalizado.

⁴ O oposto também é verdade. Sem investimento na produção verde, o impasse político atual continuará a impedir avanços na proteção de florestas públicas ou na titulação de áreas privadas.



- Priorizar cadeias já estabelecidas (cacau, café, açaí, banana, palmáceas, fibras). Hoje, a Amazônia captura só 3% de um mercado total de US\$ 233 bilhões relacionado a produtos compatíveis com a floresta.

5. Planejar um programa coordenado pelo Estado

- Sem coordenação estatal, não há escala, previsibilidade ou estabilidade. A União precisa agir como regente de uma orquestra, ajustando incentivos, oferecendo bens públicos e recursos compartilhados setoriais, estimulando competição saudável ao mesmo tempo que aprende com sua experiência e aprimora sua atuação de forma sistemática.

Não há tempo a perder. O Brasil precisa, com urgência, de um programa ambicioso de rematamento produtivo na Amazônia, com metas claras de criação de empregos verdes em empreendimentos viáveis e com expressivo ganho ambiental. A abordagem de rematar as áreas já desmatadas e que estão degradadas traz enorme vantagens para a economia regional, aumentando o dinamismo e a produtividade das terras degradadas e ao mesmo tempo gerando enormes ganhos ambientais. O país já demonstrou capacidade de inovar e avançar rapidamente em áreas críticas do desenvolvimento nacional. Agora, precisa implementar na Amazônia o tipo de iniciativa que revitalizou regiões antes consideradas inóspitas para o desenvolvimento.



AUTORES

Salo Coslovsky

Bacharel em Administração Pública pela FGV, mestre em Direito e Diplomacia pela Tufts University (EUA), doutor em Estudos Urbanos pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e professor associado da Universidade de Nova York.

Beto Veríssimo

Enviado Especial para Florestas para a COP30, Co-fundador do Imazon, Coordenador do Amazônia 2030, e diretor do Centro de Empreendedorismo da Amazônia (CEA).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os comentários de Alexandre Mansur, Brenda Brito, Charles Sabel, Joana Chiavari, Juliano Assunção, Paulo Barreto e demais participantes das reuniões virtuais do projeto Amazônia 2030. Arthur França, Manuele Lima, e Gustavo Nascimento apoiaram na coleta de dados e editoração. Também agradecemos o apoio adicional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará (SEMAS).

Esse trabalho também contou com a colaboração de Denis Minev e Pedro Wongtschowski, que foram coautores de uma versão resumida da proposta, publicada sob o título “O reflorestamento produtivo e a Amazônia” no jornal Valor Econômico, em 23 de outubro de 2024.

Este relatório contou com apoio financeiro do Instituto Clima e Sociedade (ICS), Instituto Arapyau e Instituto Itaúsa. Os dados e opiniões expressos neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião dos financiadores deste estudo



SOBRE O AMAZÔNIA 2030

O projeto AMAZÔNIA 2030 é uma iniciativa de pesquisadores brasileiros para desenvolver um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira. Nosso objetivo é oferecer condições para que a região possa alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e humano e atingir o uso sustentável dos recursos naturais em 2030

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Mundo Que Queremos

Gustavo Nascimento

Jornalista responsável

Kauan Machado

Designer

CONTATO

gustavo.nascimento@omundoquequeremos.com.br
amazonia2030@omundoquequeremos.com.br
contato@amazonia2030.org.br



PALAVRAS-CHAVE

Amazônia; Reflorestamento; Rematamento; Reordenamento; Regularização Fundiária; Mercado de Carbono; Produtos compatíveis com a floresta; Produtos florestais não-maderereiros; Política Pública

REFERÊNCIAS

- Alfenas, Flávia, Francisco Cavalcanti e Gustavo Gonzaga. Mercado de trabalho na Amazônia Legal: Uma análise comparativa com o resto do Brasil. Amazônia 2030, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202011.ed1.puc>
- Barreto, Paulo, Rita Pereira e Arthur José da Silva Rocha. Da Escassez à Abundância: O Caso da Pecuária Bovina na Amazônia. Amazônia 2030, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202402.ed62.cpi>
- Brasil. Unidades de Conservação, Dados Abertos. 2025. Disponível em <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/unidadesdeconservacao>
- Coslovsky, Salo. Rematamento Produtivo, Preservação Ambiental e Desenvolvimento Econômico na Amazônia Brasileira. Amazônia 2030, 2025. Em produção
- Nature, “Is Africa’s Great Green Wall project withering?” 616, 412 (2023). <https://doi.org/10.1038/d41586-023-01293-6>
- Sabel, Charles. The new organization of production, productive development policies and job creation. Thinking about industrial policy as industry becomes less central to development. In J. M. Salazar-Xirinachs & J. Cornick (Eds.), The Lima Brainstorming Sessions: Productive development policies, inclusive growth and job creation. Lima: ILO Regional Office for Latin America and the Caribbean. (ILO Americas Technical Reports, 2017/9) Disponível em <https://researchrepository.ilo.org/esploro/outputs/report/The-Lima-brainstorming-sessions-productive-development/995218936102676#file-0>
- Santos, Daniel, Manuele Lima, Ágatha Vilhena, Arthur França, Caíque Silva e Beto Veríssimo. Fatos da Amazônia – Edição COP30. Amazônia 2030, 2025a. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-edicao-cop-30/>
- Santos, Daniel, Manuele Lima, Ágatha Vilhena, Beto Veríssimo e Caíque Silva. Fatos da Amazônia – 2025. Amazônia 2030, 2025b. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2025/05/FatosAMZ2025.pdf>